

20 AGO 1985

file - CPEC X
Ass. Const

Lyra divulga os nomes da Comissão de Estudos Constitucionais

Tadashi Nagakami



Fernando Lyra anuncia os nomes da comissão e diz que se trata de uma contribuição do Executivo ao debate

Da Sucursal de Brasília



Após sucessivos adiamentos, o governo divulgou ontem a relação dos cinquenta membros da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, que será instalada solenemente na próxima semana e terá dez meses para concluir o seu

trabalho. Ao anunciar os nomes, o ministro da Justiça, Fernando Lyra, garantiu que a comissão não interferirá nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte: "Trata-se da contribuição do Executivo para o debate preparatório da Constituinte".

Pelo menos trinta juristas e advogados integram a lista, onde foram incluídos apenas 21 dos 33 nomes escolhidos pelo presidente Tancredo Neves. A vereadora Benedita Silva (PT-RJ), e os sindicalistas João Paulo Pires de Vasconcelos (MG) e Carlos Alberto de Oliveira (RJ) estão entre os nomes cortados. Também saíram o general Octávio Costa e o senador Fernando Henrique Cardoso (que seria o relator). Figuram quatro empresários — Antônio Ermírio de Moraes, Sérgio Quintella, Luís Eulálio Vidigal e João Pedro Gouveia Vieira —, um reverendo representante das igrejas protestantes e um padre da Igreja Católica.

O ministro da Justiça reconheceu a dificuldade de composição da relação definitiva devido às numerosas indicações recebidas. Apesar do decreto de criação ter fixado a data de hoje para a instalação da comissão, somente no meio da tarde de ontem o presidente Sarney aprovou a lista definitiva. Pela manhã, ele incumbiu Lyra de cortar mais de trinta nomes da última seleção feita pelo Palácio do Planalto. "Nós discutimos muito — explicou o ministro — e fizemos a relação possível, que é de inteira responsabilidade do presidente da República e do ministro da Justiça". A ausência de representantes de índios, negros e outras minorias, segundo ele, será suprida por consultas feitas durante o trabalho.

Instalação

A Comissão deverá ser instalada solenemente no Ministério da Justiça. Depois, a pedido de Afonso Arinos de Melo Franco, seu presidente, será feita outra solenidade de instalação no prédio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, onde funcionou a comissão constitucional de 1934. Segundo Fernando Lyra, a publicação dos nomes hoje no Diário Oficial da União significa a instalação formal da comissão.

Lyra pretende entrar em contato hoje com Arinos para definir a forma de trabalho da Comissão. O Ministério da Justiça dará apenas a infra-estrutura necessária ao seu funcionamento, pagando funcionários de apoio e passagens. A Comissão deve fazer quatro reuniões plenárias em Brasília (na instalação), Rio de Janeiro, São Paulo e em uma cidade do Nordeste. Além disso, serão criados subgrupos que funcionarão fazendo consultas aos diversos setores da sociedade. A Comissão terá um núcleo em Brasília e outro no Rio de Janeiro.

Governadores apóiam ANC independente

Da Sucursal de Porto Alegre

Os governadores Jair Soares (PDS-RS), Esperidião Amin (PDS-SC) e José Richa (PMDB-PR) deverão oficializar, no próximo sábado, seu apoio à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte independente do Legislativo. A cerimônia será realizada em Florianópolis (SC), com a presença do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Hermann Assis Baeta.

Estes são os cinquenta nomes que compõem a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais:

1. Afonso Arinos de Melo Franco — jurista
2. Alberto Venâncio Filho — jurista
3. Antônio Ermírio de Moraes — empresário
4. Barbosa Lima Sobrinho — jornalista
5. Bolivar Lamounier — cientista político
6. Cândido Antônio Mendes de Almeida — professor de Direito
7. Célio de Oliveira Borja — assessor especial da Presidência da República/jurista
8. Celso Furtado — economista
9. Cláudio Lacombe — advogado
10. Cláudio Pacheco — constitucionalista
11. Clóvis Ferro Costa — jurista
12. Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque — reitor Unb
13. Edgard de Godoy da Mata Machado — ex-deputado e advogado
14. Eduardo Mattos Portella — ex-ministro da Educação
15. Evaristo de Moraes Filho — jurista

16. Fábio Konder Comparatto — advogado
17. Fajardo José Pereira Faria — jurista
18. Pe. Fernando Bastos D'Ávila
19. Floriza Verucci — advogada
20. Gilberto de Ulhôa Canto — especialista em direito tributário
21. Hélio Jaguaribe — professor/historiador
22. Hilton Ribeiro da Rocha — oftalmologista
23. Josaphat Ramos Marinho — ex-deputado/jurista
24. João Pedro Gouveia Vieira — empresário
25. Joaquim Arruda Falcão Neto — chefe de gabinete Ministério da Justiça/advogado e jornalista
26. José Afonso da Silva — jurista
27. José Alberto Assunção — consultor jurídico Emfa
28. José Francisco da Silva — presidente da Contag
29. José Meira — advogado
30. José Saulo Ramos — advogado
31. José Paulo Sepúlveda Pertence — procurador-geral da República
32. Rev. José Ferreira Cunha — representante das igrejas protestantes

33. Jorge Amado — escritor
34. Luis Eulálio Vidigal — empresário
35. Luís Pinto Ferreira — constitucionalista
36. Mário de Souza Martins — ex-senador/advogado
37. Mauro Santayanna — jornalista/assessor da Presidência da República/secretário-executivo da Comissão
38. Miguel Reale — jurista
39. Miguel Reale Júnior — jurista
40. Miguel Seabra Fagundes — jurista
41. Ney Prado — professor da ESG
42. Odilon Ribeiro Coutinho — empresário
43. Orlando M. de Carvalho — advogado
44. Paulo Bonavides — jurista
45. Paulo Brossard de Souza Pinto — jurista
46. Raphael de Almeida Magalhães — advogado
47. Raul Machado Horta — jurista
48. Rosah Russomano — professora
49. Sérgio Franklin Quintela — empresário
50. Walter Barelli — diretor do Dieese

Plenário leva propostas a Brasília

Da Reportagem Local e da Sucursal de Porto Alegre

Representantes de 130 entidades civis de São Paulo que já aderiram ao Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, criado em janeiro deste ano na Casa do Estudante de Direito da Universidade de São Paulo (USP), têm encontro marcado hoje, às 9h30, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, em Brasília. Eles irão em caravana entregar a "Carta dos Brasileiros ao Presidente da República e ao Congresso Nacional" ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara, e ao senador José Fragelli, presidente do Senado. A audiência com o presidente José Sarney, prevista para as 15h, até ontem à tarde não havia sido confirmada.

O documento, redigido pelo jurista Goffredo da Silva Telles Júnior, 70, professor da Faculdade de Direito da USP, condena a emenda enviada ao Congresso pelo presidente José Sarney, que prevê a conversão do Poder Legislativo em Assembleia Constituinte, qualificando-a de "arbitrária e ilegítima". O Plenário defende a convocação de eleições diretas, já que "ao povo compete dizer quais são os representantes a que ele confere o poder soberano a fazer a Constituição". Entre as entidades que encabe-

çam a lista de adesões ao Plenário, estão a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais.

Esclarecimentos

Goffredo Telles recebeu a imprensa ontem, às 10h, em seu escritório da avenida São Luiz, 268, 11º andar, no centro de São Paulo, para confirmar o encontro em Brasília e fazer alguns esclarecimentos sobre as propostas do Plenário. Inicialmente, ele manifestou seu otimismo com relação aos parlamentares que examinam a emenda do Executivo: "Eles não vão decidir contra a vontade popular". Em seguida, porém, lançou uma dúvida: "Será que não? Eles já fizeram isso antes, na campanha pelas diretas."

A idéia do jurista para fortalecer a campanha pró-participação popular na Constituinte é a de formar plenários como o de São Paulo em todos os municípios brasileiros, "onde o povo possa se manifestar". Entretanto, ele não acredita numa mobilização popular desvinculada de organizações políticas e de classes: "Se o povo não estiver organizado em suas respectivas entidades de classe ou em seus partidos políticos, dificilmente pode-

rá enfrentar o poder econômico. E, se o poder econômico tiver forças para ditar a Constituição, é melhor não ter Assembleia Constituinte". Para ele, o poder econômico assim como o Legislativo devem participar da Constituinte, cada qual representando seus interesses. "Mas, para que a democracia seja autêntica, é preciso criar novos canais de participação popular pois o sistema de representação fracassou e o povo ficou sem representação nos órgãos planejadores", acrescentou Goffredo.

O ideal, na opinião do jurista, seria a existência de candidatos independentes para defender diferentes causas como ecologia, tribos indígenas etc. Ele próprio considera a proposta difícil de ser realizada e, por isso, pretende sugerir aos partidos em Brasília que discutam a Carta dos Brasileiros e lancem nomes de representantes que possam ser eleitos mais tarde para a Constituinte.

Movimento Gaúcho

Na próxima quinta-feira, o Movimento Gaúcho pela Constituinte, que reúne oitenta entidades da sociedade civil do Rio Grande do Sul, promoverá um ato público no centro de Porto Alegre (RS), para defender também o lançamento de uma Constituinte desvinculada do Congresso.